

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6941	10650/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - LICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO BRAGA (SÃO VÍTOR), RUA DE S. VICTOR, 116, 118		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 1/2024/1082/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Assunto do Processo: LICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA - BRAGA
(SÃO VÍTOR), RUA DE S. VÍCTOR, 116, 118 (TRAMITAÇÃO)

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Apreciação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/6795 de 27 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Alerta-se o requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 1/2024/1082

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-26004 DE 06.11.2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA DE S. VICTOR, Nº 116 E 118
FREGUESIA DE S. VICTOR

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. O requerente apresenta através do registo nº 2025-E-RE-26004, de 06/11/2025, resposta ao Despacho n.º 2025-11214, de 29/10/2025, relativo ao **Projeto de Arquitetura**, referente à obra de reconstrução, alteração, e ampliação de edifício, que pretende levar a efeito no prédio sito Rua de São Vitor, n.º 116 e 118, freguesia de Braga (S. Victor) que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 3392/20130125, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 540.

1.2. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

2.1. **Processo n.º 497/1943**, em nome de Agostinho da Silva Gomes.

2.2. **Processo n.º 1/2024/1082**

2.3. A pretensão mereceu parecer técnico **Não Favorável** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2024/636685 (C.S:1737780), com despacho de 22.08.2024.

2.4. Informação técnica nº I/98789/DAT/2024 de 04.10.2024.

2.5. A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/641048 (C.S:1749688), com despacho de 03.04.2025, contudo indica que a *“obra não pode ser licenciada ou executada antes da aprovação do aditamento pela Unidade de Cultura da CCDR Norte I.P.. As condicionantes arqueológicas serão determinadas depois da aprovação do projeto de arquitetura.”*

2.6. Informação técnica da DAT nº 2025-9012 de 14.04.2025.

2.7. A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/643326 (C.S:1756006), com despacho de 13.08.2025.

2.8. Informação técnica da DAT nº 2025-27621 de 21.10.2025.

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central, UOPG 14, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 11741/2015, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 201, de 14 de outubro.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZP da Igreja de S. Vitor, IIP.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.5. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2025-29339 de 06.11.2025.



3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia n.º 75708/2024 de 25.07.2024.

3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2025/645493 (C.S:1761674), com despacho de 18.11.2025.

3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. O requerente apresenta resposta ao Despacho n.º 2025-11214, de 29/10/2025, no sentido de dar resposta satisfatória a informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura e DAT, nomeadamente:

- *Diminuição da área de pátios centrais com cobertura plana acessível, para coberturas em telha cerâmica;*
- *Eliminação da parte acessível do pátio central para cobertura em telha cerâmica;*
- *Redução da dimensão das aberturas do alçado tardoz, (volume mais próximo do arruamento;*
- *Realização de sondagens prévias e acompanhamento arqueológico nos termos da informação de arqueologia.*

3.5.2. Analisados os elementos apresentados, considera-se que o requerente dá resposta satisfatória ao solicitado nas informações técnicas da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura e DAT.

3.5.3. Pretende o requerente proceder a obra de reconstrução, alteração e ampliação de edifício, destinado a habitação unifamiliar de tipologia T3, desenvolvendo-se o programa funcional em 3 pisos + piso mezzanine.

3.5.4. Pretende ainda o requerente no âmbito desta intervenção executar/construir uma piscina no logradouro.

3.5.5. Tratando-se de edifício em mau estado de conservação, cuja fachada tardoz se encontra descaracterizada e onde não se reconhece nele a existência de nenhum dos elementos arquitetónicos relevantes mencionados no n.º 2 do Artigo B-3/10º do Código Regulamentar do Município de Braga, pelo que ao abrigo do disposto do n.º 4 do Artigo B-3/15º do CRMB, poder-se-á admitir à sua demolição parcial, reconstrução e ampliação, recorrendo a linguagens contemporâneas e a materiais ou processos construtivos não tradicionais, devendo, contudo, respeitar as características exteriores do conjunto envolvente e ter ainda em consideração a correta articulação com os edifícios contíguos.

3.5.6. Analisados os elementos apresentados, considera-se que a imagem proposta respeita as características exteriores do conjunto envolvente e promove a correta articulação com os edifícios contíguos, conforme definido no do n.º 4 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.5.7. A implantação do edifício respeita as condicionantes definidas no n.º 9 do Artigo B-3/15º do Código Regulamentar do Município de Braga, não ultrapassando 70% da superfície total da parcela.

3.5.8. A proposta de intervenção (edifício + piscina) não ultrapassa o índice de impermeabilização máximo de 75%, conforme disposto na alínea e), do n.º 2, do Artigo 65º do Regulamento do PDM em vigor.

3.5.9. Ao abrigo do disposto na alínea a) do Artigo 106.º do regulamento do PDMB, a presente operação urbanística está isenta do cumprimento dos parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento aí

3.5.10. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o regulamento do PDMB (3ª Revisão – submetido a discussão pública):

3.6.1. A obra está implantada em Espaço Central 1, conforme carta de classificação e qualificação do solo.

3.6.2. A proposta de intervenção cumpre as condições gerais de edificabilidade previstas no n.º 2, n.º 4, n.º 6, n.º 8 e n.º 9 do Artigo 59º do RPDM.

3.6.3. Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 79º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento público e privado.

3.6.4. Eventuais alterações à pintura ou aos materiais de revestimento propostos para o tratamento exterior das fachadas, conforme projeto de arquitetura apresentado, carecem de aprovação prévia por parte do município.

3.6.5. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.7. Outros aspetos regulamentares:

3.7.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.7.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.



3.7.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar ao requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Alerta-se o requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.4. Comunique-se o teor da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

NOTA:

Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de setembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que o presente procedimento, pedido de licenciamento ao abrigo da alínea d) n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, enquadrando-se na exclusão da suspensão de procedimentos, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Rua de São Victor, n.º 116 e 118, freguesia de Braga (S. Victor), Braga.

Requerente :

Local : Rua de São Victor, n.º 116 e 118, freguesia de Braga (S. Victor), Braga.

Servidão
Administrativa :

Inf. n.º:	S-2025/645493 (C.S:1761674)	Cód. Manual	
N.º Proc.:	DRCN-DSBC/2018/03-03/2026/POP/135662 (C.S:280064)	Data Ent. Proc.:	07/11/2025

Diretor da Unidade de Cultura, Paulo Sérgio Moura a 18/11/2025

Parecer favorável condicionado ao cumprimento do exposto na informação de arqueologia nos seus termos.

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Z.P. (Zona de Proteção – 50m) da Igreja Paroquial de São Vítor, I.I.P (Imóvel de Interesse Público); Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a intervenção em imóvel, sito na rua de São Vitor, nº 116/118 Braga.

A 29.10.2020, foi solicitada a emissão de parecer sobre projeto de alteração e ampliação da edificação em apreço. Previa-se a construção de mais um piso com varanda voltada à fachada principal, cobertura a duas águas em telha cerâmica, manutenção do alçado principal, caixilharias de madeira e desenho de novo alçado a tardoz. Foi emitido parecer favorável condicionado por Despacho Superior de 19.11.2020.

Os anteriores processos mereceram emissão de parecer não favorável e favorável condicionado por Despacho de 22.08.2024, de 03.04.2025 e de 13.08.2025, respetivamente:

“Parecer favorável condicionado à: Diminuição da área de pátios centrais com cobertura plana acessível, para coberturas em telha cerâmica; Eliminação da parte acessível do pátio central para cobertura em telha cerâmica; Redução da dimensão das aberturas do alçado tardoz.



(volume mais próximo do arruamento; Realização de sondagens prévias e acompanhamento arqueológico nos termos da informação de arqueologia. A obra não pode ser licenciada o executada antes da aprovação do aditamento pela Unidade de Cultura da CCDR Norte I.P".

2. Avaliação Patrimonial:

Inserir-se em frente urbana consolidada da zona histórica de Braga e em zona fronteira à Igreja de S. Victor.

3. Proposta:

A alteração à proposta indica modificação interior e ampliação do edifício existente mantendo função de habitação. Será composta por rés-do-chão e dois andares e aproveitamento do vão da cobertura. O piso a ampliar será ligeiramente recuado por forma a replicar a solução da varanda do imóvel adjacente. A implantação é igualmente ampliada.

A fachada principal será mantida, sendo que as coberturas terão acabamentos distintos: telha cerâmica, jardim e piso acessível. As caixilharias serão de madeira para pintar à frente, com preservação do seu desenho, materialidade e cor, bem como de alumínio com desenho simplificado e contemporâneo a tardoz.

No logradouro será executada uma piscina e jardim na área envolvente.

As coberturas apresentam-se na totalidade em telhas cerâmicas, o pátio central tem menor dimensão e o desenho das caixilharias do rés-do-chão é tradicional.

4. Conclusões:

Frente ao exposto, considera-se que é dado cumprimento ao fixado, pelo que se propõe emissão de parecer favorável.

BRG2025/03172

10 de novembro de 2025

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

DSBC: 2018-2026

CS: 1761476

Servidão administrativa: ZP, Igreja de S. Vítor, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos d



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a alteração e ampliação de um edifício (incluindo piscina) na Rua de S. Vítor, nº 116 a 118, em Braga, para habitação, o qual se localiza numa área sensível do ponto de vista arqueológico, próximo do alinhamento reconhecido para a Via XVII d período romano, embora já deslocado dos antigos aros urbanos de época romana e medieval. Remete-se novo aditamento com retificações ao projecto em resposta a questões de arquitectura pendentes. Já foi emitido um parecer de arqueologia a manter.

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: "O projecto implica significativos trabalhos com remoção de solos pelo que se considera que a validação do projecto de arquitectura deverá fazer-se depender do resultado de sondagens arqueológicas de avaliação prévia. Do mesmo modo em fase de execução de obra esta terá de ser sujeita a um acompanhamento arqueológico geral.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

A execução dos trabalhos arqueológicos deverá seguir os preceitos metodológicos utilizados nas intervenções arqueológicas executadas na cidade de Braga, tendo por referência os trabalhos efectuados pelo Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nomeadamente no âmbito do "Projecto Brácar Augusta."

Ainda, deverá haver uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal."

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior

CCDRN, 10/11/2025



Processo: 1082/ 2024

Requerimento: 10104/2024

Requerente:

Local da obra: - Rua de S. Victor, 116 - 118 - Braga (São Vítor)

Assunto: Licenciamento - Obras de Edificação - Arquitetura

Informação técnica N.º: 75708/2024

Técnico responsável:

Data: 25/07/2024

Informação técnica:

1. A presente informação, relaciona-se com o documento com o número de entrada 10104/2024.
 2. A operação urbanística em referência, programa obras de reconstrução e ampliação de um imóvel e uma piscina, em mancha urbana de proteção arqueológica, junto ao traçado proposto para a via XVII, do Itinerário de Antonino, pelo que o seu subsolo seja, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico, considerado muito sensível, como se encontra evidenciado por vestígios de sepulturas detetadas nas imediações do imóvel em referência.
 3. Assim, uma vez que o processo em avaliação, prevê substanciais alterações do subsolo, propõe-se que, sejam efetuadas sondagens arqueológicas em toda as áreas onde se verifiquem trabalhos com impacto no subsolo, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural – I.P..
 4. Mais se propõe que:
 - a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).
 - b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvido no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar do Município de Braga), previamente à comunicação de utilização do imóvel em referência.
 5. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.
 6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.
- N.I.** A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).



PROCESSO: 1/2024/1082/0

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-26004

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua de São Vitor, n.º 116 e 118, freguesia de Braga (S. Victor)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura

DU - DGPU [GP1]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-26004, de 06/10/2025, em resposta ao despacho n.º 2025-11214, de 29/10/2025, referente à informação técnica n.º 2025-27621, de 21/10/2025, da Divisão de Apreciação Técnica (DAT), vem apresentar o aperfeiçoamento do pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista à alteração, reconstrução e ampliação de edifício existente e construção de piscina, a levar a efeito no prédio sito na Rua de São Vitor, n.º 116 e 118, freguesia de Braga (S. Victor), que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 3392/20130125, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 540.
- 1.2. Para o local da pretensão localizaram-se os seguintes antecedentes:
 - 1.2.1. Processo n.º 497/1943, em nome de Agostinho da Silva Gomes.
- 1.3. O local da pretensão encontra-se inserido em área de "Património Arqueológico - Área de Sensibilidade Arqueológica - Mancha Urbana de Proteção Arqueológica".
 - 1.3.1. A Unidade de Arqueologia já se pronunciou sobre o respetivo pedido através da informação técnica n.º 75708, de 25/07/2024.
- 1.4. O local da pretensão encontra-se abrangido pela Zona Geral de Proteção "Património Arquitetónico - Igreja Paroquial de São Vitor".
 - 1.4.1. O processo foi novamente remetido para a CCDR-N, Unidade de Cultura, através do portal SIRJUE.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

- 2.1. A presente operação urbanística tem enquadramento no n.º 2, do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de **licenciamento de obras de edificação** se encontra suficientemente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

4. PROPOSTA

- 4.1. Face ao atrás exposto propõe-se o seguimento do presente pedido para a Divisão de Apreciação Técnica (DAT) para análise urbanística.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

